



RESISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA HABITACIONAL: O CASO DO RESIDENCIAL PARQUE DA LAGOA EM MACEIÓ/AL (POLÍTICA HABITACIONAL E DIREITO À MORADIA)

Luanne de Andrade Brandão

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ | brandaoluanne@gmail.com

Tamara Tania Cohen Egler

Professora Titular – IPPUR/UFRJ | tamaraegler@gmail.com

Sessão Temática 7: Política habitacional e direito à moradia

Resumo: Este artigo aborda a interseção entre a política habitacional que implementou o Residencial Parque da Lagoa, situado na orla lagunar de Maceió, e a dinâmica social dos moradores. O processo de ocupação da orla ficou caracterizado pela formação de quatro favelas, e seu contexto político por projetos voltados para remoção das pessoas naquela região. A pesquisa analisa a organização comunitária, como ela emergiu a partir de uma problemática local, intrinsecamente ligada à política habitacional, evidenciando a importância da resistência coletiva como potencial transformador na busca por moradia digna. Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, apresentando um panorama da origem e efetivação do residencial, além de levantamentos fotográficos e entrevistas. Buscou-se aplicar a Cartografia da Ação de Ana Clara Torres Ribeiro, para compreender atores, processos e fatos, antes, durante e após a construção do residencial. Por fim, destacam-se questões para futuras pesquisas que incentivem à proteção aos modos de vida das comunidades urbanas locais e a garantia do direito à moradia e à cidade.

Palavras-chave: Política Habitacional; Resistência Social; Residencial Parque da Lagoa; Cartografia da Ação.

SOCIAL RESISTANCE AND HOUSING POLICY: THE PARQUE DA LAGOA RESIDENTIAL IN MACEIÓ/AL

Abstract: *This article addresses the intersection between the housing policy that implemented Residencial Parque da Lagoa, located on the lagoon shore of Maceió, and the social dynamics of the residents. The process of occupation of the waterfront was characterized by the formation of four favelas, and its political context by projects aimed at removing people from that region. The research analyzes community organization, how it emerged from a local problem, intrinsically linked to housing policy, highlighting the importance of collective resistance as a transformative potential in the search for decent housing. Methodologically, bibliographical and documentary research was carried out, presenting an overview of the origin and implementation of the residence, in addition to photographic surveys and interviews. We sought to apply Ana Clara Torres Ribeiro's Cartography of Action, to understand actors, processes and facts, before, during and after the construction of the residence. Finally, questions are highlighted for future research that encourages the protection of the ways of life of local urban communities and the guarantee of the right to housing and the city.*

Keywords: *Housing Policy; Social Resistance; Residencial Parque da Lagoa; Action Cartography.*

RESISTENCIA SOCIAL Y POLÍTICA DE VIVIENDA: EL RESIDENCIAL PARQUE DA LAGOA EN MACEIÓ/AL

Resumen: *Este artículo aborda la intersección entre la política habitacional que implementó el Residencial Parque da Lagoa, ubicado en la orilla de la laguna de Maceió, y la dinámica social de los residentes. El proceso de ocupación de la zona costera se caracterizó por la formación de cuatro favelas, y su contexto político por proyectos destinados a desalojar a personas de esa región. La investigación analiza la organización comunitaria, cómo surgió a partir de una problemática local, intrínsecamente ligada a la política habitacional, destacando la importancia de la resistencia colectiva como potencial transformador en la búsqueda de una vivienda digna. Metodológicamente se realizó una investigación bibliográfica y documental, presentando un panorama del origen e implantación de la residencia, además de levantamientos fotográficos y entrevistas. Buscamos aplicar la Cartografía de Acción de Ana Clara Torres Ribeiro, para comprender actores, procesos y hechos, antes, durante y después de la construcción de la residencia. Finalmente, se destacan interrogantes para futuras investigaciones que fomenten la protección de los modos de vida de las comunidades urbanas locales y la garantía del derecho a la vivienda y a la ciudad.*

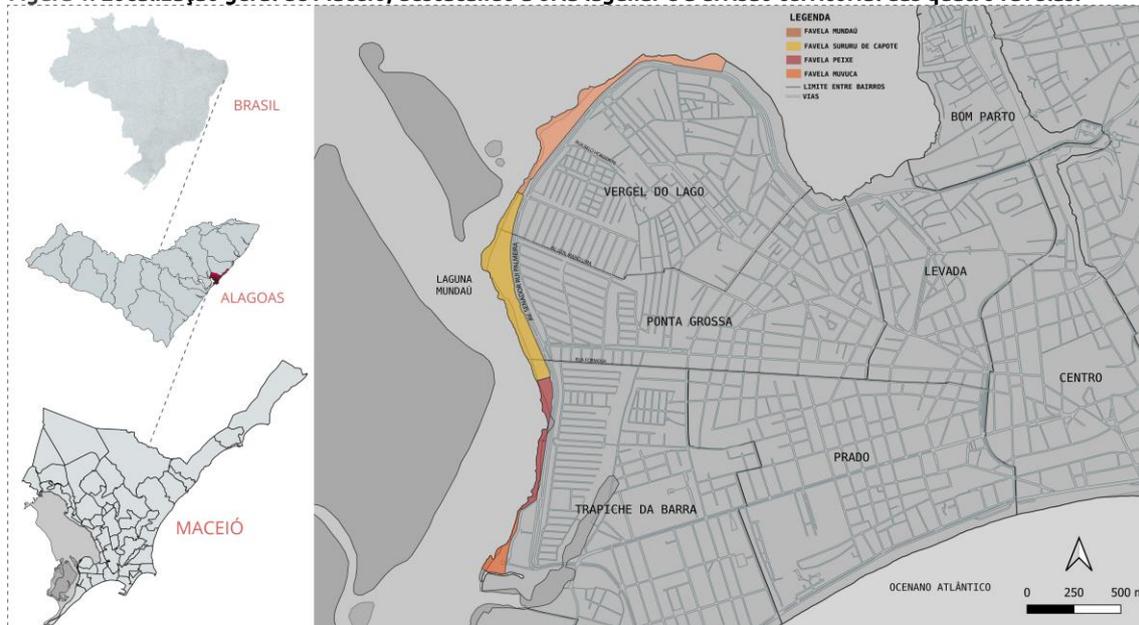
Palabras clave: *Política Habitacional; Resistencia Social; Residencial Parque da Lagoa; Cartografía de la Acción.*

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a interseção entre as dinâmicas – sociais, espaciais e políticas – em torno da política habitacional que implementou o Residencial Parque da Lagoa (2018 – 2024), situado às margens da Lagoa Mundaú¹, na orla lagunar de Maceió-AL (Figura 1), proposto em 2018 pela Prefeitura Municipal de Maceió (PMM), inserido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O território de inserção do residencial, abrigava quatro comunidades urbanas de marisqueiras e pescadores: Favela Mundaú, Favela Sururu de Capote, Favela Peixe e Favela Muvuca (figura 02). De acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população da área que abriga as quatro favelas, corresponde a um total de 4.029 habitantes. Segundo levantamento cadastral realizado pela PMM, em 2019, 59,98% dessa população sobrevivia da mariscagem/pesca artesanal do sururu² e de peixes de pequeno porte.

Antes da apresentação do projeto do Parque da Lagoa, a orla lagunar havia passado por cinco grandes propostas de intervenção. Esses projetos ocorreram nos âmbitos federal, estadual e municipal, recebendo recursos das três escalas de poder, e foram concomitantes ao processo de ocupação da região lagunar, determinantes para constituição física daquele território como se conhecia até a instalação do residencial. Desse processo foram surgindo às margens da Lagoa Mundaú as quatro favelas mencionadas no começo desse trabalho que coexistiram até o início e avanço da obra do residencial, momento em que houve o desmantelamento da organização territorial das comunidades.

Figura 1: Localização geral de Maceió, destacando a orla lagunar e a divisão territorial das quatro favelas.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

A pesca, ou a mariscagem³ de moluscos, como o sururu são práticas comuns em Alagoas, especialmente em Maceió, nos bairros banhados pela Lagoa Mundaú, como em toda a extensão lagunar, os moradores dessa região têm como principal fonte de sobrevivência

econômica essa prática. Ambas terminologias, pesca artesanal e mariscagem, são utilizadas para designar os processos que envolvem, desde a retirada de moluscos – especialmente o sururu –, maçunim e peixes de pequeno porte, até sua limpeza e armazenamento. De acordo com Dirceu Lindoso (2019), a cultura do sururu incorpora o imaginário dos alagoanos a partir da sua inserção geográfica, a partir das lagoas irmãs, Mundaú e Manguaba, que se encontram e desembocam no Oceano Atlântico que banha Maceió.

Dessa forma, este artigo buscar refletir acerca da importância da organização comunitária da população dedicada a coleta do sururu, e de como ela emergiu a partir de uma problemática local, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à política habitacional. A pesquisa questiona a dinâmica cotidiana dos moradores, a partir das relações, entre os atores do planejamento urbano e à população, durante a implementação do residencial, ressaltando a resistência coletiva na busca por moradia digna.

Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa documental, apresentando um panorama da origem e efetivação do Residencial Parque da Lagoa, além de levantamentos fotográficos e entrevistas⁴. Buscou-se aplicar os fundamentos epistemológicos da Cartografia da Ação de Ana Clara Torres Ribeiro para compreender atores, processos e fatos antes, durante e após a construção do residencial, bem como o papel da liderança comunitária⁵ na transformação do território em sua totalidade.

PERCURSO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA TRANSGRESSORA: A CARTOGRAFIA DA AÇÃO

Durante sua vida acadêmica, Ana Clara dedicou-se a análise das condições de existência das classes populares no espaço, produziu seu campo do conhecimento “[...] à luz de uma demonstração que prova a importância da imanência no processo de produção do espaço social, essa que deriva da resistência social” (Egler; Cardoso, 2022, p.9). Para ela, a ação que se observa pode corresponder a “[...] encadeamentos de amplas e diferentes práticas, associáveis ao conceito de rede de movimentos, como a fatos isolados, não menos relevantes cultural e politicamente [...]” (Sherer-Warren, 1993 apud Ribeiro *et al.*, 2002, p. 36).

Esboçava seu método, ao definir atores, processos e fatos para identificar seu objeto de análise. “[...] o sentido da imanência, lido como o poder que emana de baixo para cima [...]” (Egler; Cardoso, 2022, p. 10), ou ainda, “[...] o poder dos atores sociais na construção da existência no espaço.” (Egler, 2022, p. 121). Esse sentido da imanência em sua pesquisa, reforça a totalidade do movimento analítico de sua obra, na qual sempre dirigiu seu foco no sentido da ação social imanente.

Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda da complexidade envolvida nas práticas sociais, destacando não apenas os eventos isolados, mas também a interconexão

entre diversas práticas, evidenciando uma rede de movimentos que desempenham um papel na configuração sistêmica resultante.

Ribeiro (2002) afirma que a proposição de conceitos como o de microconjuntura e a do método da cartografia da ação se tornam indispensáveis, para que assim se reconheça novas configurações sistêmicas, que surgem a partir das práticas sociais. A valorização de contextos, lugares e narrativas emerge como ponto de partida nesse caminho metodológico, proporcionando uma lente mais abrangente para compreender as dinâmicas sociais. Nesse contexto, a microconjuntura e a cartografia da ação não são apenas ferramentas, mas fundamentos essenciais que iluminam as intrincadas interações subjacentes às práticas sociais.

Ao reconhecer a relevância cultural e política de eventos aparentemente isolados, a abordagem proposta por Ribeiro (2001) lança luz sobre a riqueza e complexidade das experiências sociais. Isso não apenas amplia nosso entendimento do objeto de estudo, mas também sugere novos caminhos para interpretar e intervir em sistemas sociais em constante evolução.

Ao conceber a cartografia da ação, Ribeiro propõe a categoria território praticado, ou seja, o território que é produzido a partir das práticas políticas da ação social no espaço, favorecendo uma leitura dinâmica do tecido social. Num diálogo interdisciplinar constante entre a geografia e a sociologia, a metodologia da cartografia da ação proposta por Ribeiro é lida na capacidade de representar atores, vínculos, narrativas, formação de consensos e dissensos (Egler, 2022).

Ribeiro (2001), em sua interlocução com a teoria de Milton Santos, indica que o território só se torna categoria de análise dentro do campo das ciências sociais, quando considerado como território usado, ou seja, analisar o território a partir da perspectiva do território apropriado. Dessa forma, essa pesquisa utiliza o território como categoria de análise, considerando a sua dimensão ocupada, o território como lugar da vida coletiva e cotidiana.

O PARQUE DA LAGOA: ORIGEM E BALANÇO CRÍTICO

O Residencial Parque da Lagoa está situado na orla lagunar de Maceió/AL, perpassando os bairros do Vergel do Lago, Ponta Grossa e um pequeno trecho do Trapiche da Barra. Sua implantação se deu no território onde estavam inseridas as Favelas Mundaú, Sururu de Capote, Peixe e Muvuca (Figura 2), removidas para a locação do residencial.

De acordo com as lideranças comunitárias, dado que também foi confirmado pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET)⁶, após o anúncio da proposta do residencial, mais precisamente durante o período de cadastramento das famílias que seriam beneficiadas, foram surgindo novos barracos ao longo do perímetro da orla, o que culminou, em 2022, com a consolidação de duas novas favelas: Arroz e Milênio,

organizadas socialmente sob lideranças próprias e delineadas geograficamente de maneira semelhante as demais. Contudo, essa pesquisa trabalhou apenas com as lideranças das quatro comunidades originais, devido ao tempo de existência, a participação durante todas as etapas que circundam o residencial, desde o seu lançamento até sua construção e a disponibilidade dos líderes em compartilhar informações que dão forma e vida a essa pesquisa.

De acordo com a SEDET foi observado que, ao divulgar o programa, houve um aumento na construção de barracos, um processo observado pela pesquisadora durante o acompanhamento com a comunidade e relatado pela liderança comunitária. Esse fator parece ter contribuído para divergências nos dados populacionais, visto que o Censo 2022 do IBGE aponta um total de 4.029 habitantes na área vulnerável da orla lagunar, enquanto a Prefeitura Municipal de Maceió (PMM) afirma que o projeto beneficiará 7.000 pessoas, exclusivamente moradoras da região.

Figura 2: Implantação do Parque da Lagoa e divisão original das quatro favelas da orla lagunar.



Nota: As imagens de drone utilizadas para a diagramação são de autoria de Souza, 2024.
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Em julho de 2018, a PMM recebeu a liberação da Superintendência do Patrimônio da União para construir 1.776 unidades⁷, distribuídas em 89 prédios enfileirados e implantados entre a Lagoa Mundaú e a Av. Senador Rui Palmeira, no trecho ocupado pelas quatro favelas. De acordo com informação divulgada pela PMM, o projeto beneficiará 7.000 pessoas. Na época de sua apresentação o projeto estava inserido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), selecionado pelo Ministério das Cidades⁸. Após a extinção do PMCMV em janeiro de 2020, o projeto foi incorporado a pasta orçamentária do seu substituto, o Programa Casa Verde e Amarela. Finalmente, com a recriação do PMCMV em janeiro de 2023, o conjunto habitacional volta a ser subsidiado por esse programa, tendo como agentes participantes a construtora Consórcio Vilas do Mundaú e a financiadora Caixa Econômica Federal (CEF).

Segundo a então SEDET, para aprovar a proposta, o Ministério das Cidades solicitou parte do diagnóstico social, do projeto arquitetônico, urbanístico e estrutural, desenvolvidos pela PMM. Os levantamentos e o cadastramento dos moradores das favelas começaram em 2017. Além disso, foram estabelecidas parcerias com órgãos e entidades como o Ministério Público do Trabalho, o Fundo de Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Mandaver, o Instituto Servir, a ONG Visão Mundial e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (IABS). O projeto previa a construção de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), uma Unidade de Saúde, uma escola municipal e uma cooperativa das marisqueiras, a COOPMARIS, além das unidades habitacionais e da Avenida Lagunar.

Em 2019, iniciou-se a segunda etapa do desenvolvimento do projeto social, incluindo levantamentos topográficos, a construção do estudo preliminar, cadastro, pré-cadastro de moradores e levantamento fotográfico. O objetivo da análise social é mapear, filtrar e pré-cadastrar os moradores que realmente dependem da pesca para sobreviver. No final de fevereiro de 2019, a Prefeitura Municipal de Maceió deu início às obras de reurbanização da orla e de construção do Residencial Parque da Lagoa (Brandão, 2019).

Devido a pandemia da Covid-19, as obras foram paralisadas em 2020 e retomadas apenas no início de 2021. Em junho de 2022, ocorreu uma entrega parcial, na qual foram disponibilizadas 160 unidades habitacionais, a distribuição dos apartamentos ocorreu por meio de sorteio organizado pela CEF⁹. De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Maceió, o critério utilizado para pré-selecionar e posteriormente sortear 7.000 pessoas, baseou-se na dependência da mariscagem do sururu, prática realizada na lagoa para manutenção econômica das famílias.

A retomada dos sorteios só ocorreu no final de fevereiro de 2024, com a entrega de 600 unidades. Ao todo, realizaram-se quatro sorteios, ocorrendo o terceiro em abril e o quarto em julho, sorteando, respectivamente, 324 e 400 apartamentos. Até o presente, foram entregues 1.484 unidades, restando 292, que de acordo com a liderança comunitária ainda não tem previsão de entrega.

A região lagunar, marcada pela vasta presença de manguezais foi submetida a diversos processos de aterramento, consolidou-se ao longo do tempo como uma área de habitação popular, relegada a um status quo de pouco valor no contexto urbano da cidade. As raízes desse menosprezo remontam ao Código de Posturas de Maceió de 1845, que classificava o espaço urbano da região como um sítio de despejo, destinado a atividades consideradas "insalubres", tais como campos para enterro de animais, cemitérios e outras práticas depreciativas e perigosas (Cavalcanti, 2000).

Até os anos 1960¹⁰, a área manteve-se com as mesmas características espaciais, conforme aponta Cavalcanti (2000). Contudo, a partir da década de 1970, a região passou por transformações na formação e configuração de sua paisagem urbana (Duarte, 2010). Este

período marcou um significativo processo de ocupação, impulsionando mudanças substantivas no tecido urbano, alterando a dinâmica e o perfil da comunidade local.

Vale ressaltar que durante o processo de ocupação da orla lagunar de Maceió, iniciado em meados de 1960 e impulsionado na década de 1970, ocorreram propostas de intervenção urbanísticas e habitacionais que dialogavam com a política nacionalista e desenvolvimentista que se desenhava no Brasil daquele período. Essas políticas tinham como prática recorrente no campo do planejamento urbano, as ideias higienistas do início do século XX até o macroplanejamento dos projetos dos anos 1970, que incorpora e explica o processo de construção do urbano no Brasil (Cardoso, Ribeiro, 1994), o que não foi diferente em Maceió.

A política higienista sempre esteve intrinsecamente associada a esse território, caracterizada por um planejamento voltado a expulsão das pessoas que viviam naquela região, restringindo o acesso a serviços, muitas vezes básicos, como moradia adequada, saúde e educação. As propostas urbanísticas eram baseadas num planejamento urbano excludente que tinha como premissa enaltecer o potencial turístico da região, atraente aos interesses do mercado especulativo, o que reforça a importância de pensar em práticas imanentes que vão contra o sistema, enraizado nos princípios hegemônicos de poder.

O cerne dessa questão se inicia na teoria do planejamento urbano, em especial do planejamento normativo, que insiste em destruir, remover e erradicar estes espaços, de forma violenta, usando a salubridade e o debate acerca da preservação ambiental como argumento reformador e instrumento de guerra às drogas, estigmatizando e reduzindo estes territórios ao tráfico de drogas e práticas ilícitas (Rolnik, 2019).

Contudo, o processo de desenvolvimento econômico e crescimento urbano de Maceió não é puramente mecânico, correspondente aos ciclos do crescimento de exportação. Ela aponta que esses períodos de investimento ou de acelerado crescimento urbano estão mais associados a momentos de efervescência da vida social a eles correspondentes, que em Maceió, se correlacionam com os momentos de perspectiva de mudança dos elementos da ordem social estabelecida (Cavalcanti, 1998).

A relação histórica e geográfica dos bairros banhados pela Lagoa Mundaú com o desenvolvimento econômico da cidade e do Estado, é destacada pelo fato das ocupações terem surgido pela migração da população que buscava os direitos básicos universais para sua sobrevivência, tais como: o direito à moradia, o direito à educação, o direito à saúde de qualidade, sobretudo, o direito à cidade. A sobreposição de propostas de urbanização, revela não só o jogo de interesses políticos, mas os desdobramentos da ação do planejamento urbano nos territórios vulneráveis.

TRANSFORMANDO O TERRITÓRIO A PARTIR DO MOVIMENTO SOCIAL

De acordo com Santos (1998) a noção contemporânea de território é uma herança da Modernidade, por sua vez incompleta do seu legado de conceitos puros. Para o autor, é o uso do território que faz dele objeto de análise das ciências sociais e não o território em si. Dessa forma, nesse trabalho será tomado como referência a noção do território usado para que assim se tenha o objeto de análise em sua totalidade, conforme levantado por Santos. O território se forma a partir do espaço, a partir da apropriação concreta ou abstrata do sujeito (Raffestin, 1993).

Para Egler (2009) a compreensão do espaço deve ser lida como uma categoria analítica “de natureza totalizadora e de múltiplas determinações”. Como a autora complementa o espaço se categoriza de forma abstrata, que ela argumenta ser por meio dos processos de natureza visível, como o espaço construído, e o invisível, o espaço social. O território, por sua vez, se apresenta como uma categoria política da geografia, é uma forma de poder que se exerce sobre determinado espaço.

A partir dessa categorização, esse tópico pretende refletir acerca das imbricadas relações entre a política habitacional que ocorre no território, a partir da influência da liderança comunitária na implementação e resolução do Parque da Lagoa e quais as consequências conflituosas dessa associação de atores, evidenciando a resistência como potencial transformador. Através dessa breve análise, busca-se compreender as complexas dinâmicas internas da comunidade, os desafios enfrentados na luta por moradia digna e o papel das lideranças na articulação dessas demandas frente às estruturas de poder estabelecidas.

Denota-se que a organização comunitária em questão emergiu a partir de uma problemática local, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à política habitacional. Aqui se observa que líderes mais organizados tendem a alcançar maior destaque, firmando alianças e ganhando maior popularidade entre os moradores, o que destaca a importância da articulação entre os atores envolvidos durante todo o processo pela garantia de direitos fundamentais. A origem desse movimento reside na demanda urgente por condições dignas de moradia, evidenciando que os movimentos sociais se formam em torno de problemas urbanos específicos, em consonância com a literatura sobre o tema.

Conforme Gohn (2000), os movimentos têm uma história de experiências culturais, sejam as inovações culturais, as econômicas, ou ainda outros tipos de ações geradas, que dialogam a partir do substrato das necessidades e demandas por eles reivindicadas, por sua vez, se articulam através dos legados de herança cultural que possuem. Partindo dessa lógica, eles renovam seus modos de ação coletiva, seus ideais e valores. Acerca do conceito de movimento social, a autora reforça:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um

campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (Gohn, 2000).

De acordo com Rolnik, 2019, p.39, as ocupações carregam também essa dimensão do confronto, em especial, quando se refere a uma ocupação que deriva de um movimento social de luta, ela reforça que significa a “liberação” daquele lugar das tramas político-burocráticas de sua propriedade e destinação, permitindo que ali se abriguem e desenvolvam outros modos de existir, excluídos de alguma forma da cidade”.

A imanência aqui, se lê através da liderança comunitária (Figura 3), dos sujeitos transformadores do espaço. Aqui foram analisados trechos importantes das falas de duas líderes, responsáveis por dar voz a política imanente no território, acerca da sua atuação dentro das comunidades e das nuances que cercam a implantação e o desenvolvimento do Residencial Parque da Lagoa. A partir da interação sujeito pesquisadora, é possível analisar como a promessa de moradia, articulada pelo poder público, se desenrola na prática e as implicações para as comunidades que dependem dessas políticas.

O início dessa trajetória se dá através da Marcela¹¹, líder da Favela Mundaú, ela descreve a realidade enfrentada pelos moradores que foram removidos de seus barracos para o início das obras de construção do Parque da Lagoa, e passaram a depender do aluguel social, cuja efetividade é questionada. Essa transição, que poderia representar uma melhoria imediata, tornou-se uma fonte de novas dificuldades. Marcela aponta que o valor de R\$ 250,00 que é pago pela prefeitura, é insuficiente para cobrir as despesas básicas, forçando os deslocados a perpetuar a situação de vulnerabilidade econômica e social.

Essas famílias, que antes viviam em barracos sem custos fixos, agora enfrentam a pressão de pagar aluguéis em um mercado que não condiz com sua realidade financeira, além de arcar com contas de energia, água e gás, que, na maioria dos casos, superam os valores que podem pagar. Somado a esses fatores, o aluguel é atrasado constantemente, ela relata que os atrasos variam de dois a quatro meses, quando é pago, os moradores recebem os valores retroativos do aluguel. Contudo, esses atrasos levam ao despejo das pessoas por parte dos locatários dos imóveis. A líder aponta que quando as solicitações de desocupação ocorrem, a liderança tenta resolver com a PMM para minimizar a situação, que no momento eles liberam o pagamento dos meses em atraso, mas após isso voltam a postergar o depósito do aluguel.

Devido a insegurança em relação aos recebimentos do benefício eventual, alguns moradores voltam a montar seus barracos nas favelas, permanecendo no ciclo de insegurança em relação a moradia, visto que, sem dinheiro para arcar com despesas básicas, são submetidos a reviver o ciclo de falta de acesso ao direito humano universal básico.

Figura 3: Cartografia das resistências: as múltiplas ações no território.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

A respeito do que se entende como direito à moradia, Souza (2004) discorre que, a necessidade de um lugar para se firmar é um fator básico ao desenvolvimento do indivíduo que se relaciona diretamente a seus desejos, tais como, educar, trabalhar, descansar, etc. Posto isto, é correto afirmar que, as relações intrínsecas entre o ser humano e o espaço habitado, atribuem ao lugar onde se vive o bem-estar físico e emocional (Brandão, 2019).

A Prefeitura Municipal de Maceió não consegue garantir a regularidade no pagamento do aluguel social acordado, deixando os moradores em uma situação de insegurança constante. O atraso, a falta de comunicação clara e a burocracia são entraves que representam a desconexão entre as políticas públicas e a realidade das comunidades afetadas.

Outro apontamento da líder é a falta de participação efetiva das comunidades no processo de desenvolvimento dos projetos habitacionais. Embora as lideranças sejam convocadas para facilitar a remoção dos moradores e garantir o progresso das obras do residencial, ela relata que não houve participação popular nas definições referentes ao projeto arquitetônico do residencial.

Nesse caso, as pessoas são tratadas como beneficiárias passivas, ao invés de agentes ativos na construção de suas próprias moradias, negligenciando não apenas o direito à moradia, mas também o direito à cidade. Sendo o direito à vida urbana e a condição humanista de uma sociedade democrática, um direito de incluir-se como participante dos fenômenos que

ocorrem na cidade, o direito à cidade está intimamente ligado à utilização democrática do espaço social, à apropriação do cidadão sobre a cidade (Lefebvre, 1968). A ausência de participação efetiva reforça a sensação de alienação entre os moradores, que se tornam reféns de políticas públicas desenvolvidas de cima para baixo. Embora o objetivo final seja a entrega de moradias, o caminho até lá é marcado por incertezas e privações, com muitas famílias sendo forçadas a sobreviver com o mínimo, enfrentando a fome e a falta de acesso à dignidade.

Classificar favelas como parte isoladas da produção do espaço urbano, como não pertencentes à cidade e sim como áreas problemáticas, sendo a única solução viável eliminá-las, ou partindo do ponto do pensamento hegemônico-conservador, extirpar o produto social da favela, o favelado. Mesmo que haja o reconhecimento de que a favela integra a vida urbana, ainda se ouve o discurso da “remoção”, agravando o ataque simbólico ao povo e ao território, a associação de moradores de favelas a criminalização é o centro para o ataque simbólico aos grupos destituídos de poder (Fernandes *et al.*, 2018).

Renata¹², líder da Favela Sururu de Capote, assumiu a liderança comunitária em 2017, após um protesto que emergiu devido à escassez de sururu na lagoa Mundaú, um recurso vital para a subsistência das comunidades da orla lagunar. A líder comenta que a falta de liderança, associada ao modo de ação coletiva, através do protesto, levou-a a assumir essa responsabilidade, mesmo contra sua vontade inicial. Hoje, relata que gosta de estar nesse papel, porque através dele consegue ajudar as pessoas, mesmo que tenha que lidar com situações de ingratidão da população, o que às vezes a entristece. Isso reflete um fenômeno comum nos movimentos sociais urbanos, onde lideranças surgem em resposta à necessidade urgente de organização e defesa dos direitos coletivos, muitas vezes em contextos de crise, especialmente em um quadro de vulnerabilidade socioeconômica como o dela.

Sua liderança é marcada por uma luta contínua por moradia digna e condições de vida melhores para os moradores, em um cenário onde a escassez de recursos e a marginalização social são frequentes. Analisando a partir da perspectiva de Fernandes *et al.*, 2018, a depreciação simbólica de grupos societários em desigualdade fortalece o enfraquecimento da democracia na cidade, por sua vez do direito à cidade. A forma como as favelas foram representadas socialmente no Brasil, foi o que manteve os grupos desiguais privados de representatividade, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e em políticas públicas relativas à cidade.

Renata reforça a crítica ao poder público, especialmente em relação à gestão anterior da Prefeitura, que, segundo ela, era inacessível e pouco receptiva às demandas da comunidade. Ao falar sobre a gestão atual, ela aponta que se sente mais acolhida, que a liderança tem acesso aos cadastros dos moradores e uma sala disponível para reuniões na Secretaria Municipal de Habitação. Seu papel de resistência, assim como dos demais líderes, manifesta-se, portanto, na busca por maior participação e controle sobre os processos de acesso e distribuição de moradias, onde a comunidade, por meio de Renata, busca garantir que os

moradores legítimos, em especial os que vivem da pesca e da mariscagem, sejam os beneficiários dos projetos habitacionais.

A líder menciona a cooperativa das marisqueiras (COOPMARIS), da qual é presidente, evidenciando outra dimensão da importância da organização econômica comunitária como forma de garantir a sobrevivência em meio à pobreza e à exploração, a criação da cooperativa é uma ação direta e articulada frente às dificuldades enfrentadas pela comunidade.

De acordo com Brandão (2019), o processo de criação da cooperativa teve início em 2018, firmado pela parceria entre o Instituto Mandaver¹³, o Instituto Servir, a ONG Visão Mundial, a Prefeitura Municipal de Maceió e o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB). Viabilizado pelo patrocínio de R\$ 40.000,00 da Fundação Volkswagen e R\$ 162.000,00 do Ministério Público do Trabalho (MPT). Através desse recurso, mobilizaram a criação da Cooperativa das Marisqueiras Mulheres Guerreiras (COOPMARIS) e do Banco das Marisqueiras Guerreiras (BMG) em prol das marisqueiras das comunidades Sururu de Capote e Mundaú.

Renata relata que os experimentos para consolidação da cooperativa tiveram início em 2019, mas foram interrompidos em março de 2020, de acordo com ela, na época houve um derramamento de salmora de óleo na lagoa, em função da realização de um procedimento com falha operacional, por parte da empresa Braskem. Após o ocorrido, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou uma investigação para apurar os níveis dos danos causados ao ecossistema, contudo, ao verificar, os portais oficiais do MPF, essa pesquisa não obteve os dados referentes aos resultados dessa investigação.

Além desse fato, ocorreu, também em março de 2020, o início dos impactos da covid-19 no Brasil, que levaram ao longo período de isolamento social, por sua vez, a paralisação de atividades presenciais, o que impossibilitou a continuidade das atividades relacionadas a cooperativa. Somado a esses aspectos, no mesmo período, a lagoa Mundaú apresentou um baixíssimo nível de sururu, devido também aos índices de poluição da lagoa. Renata aponta que desde 2019, devido à escassez e baixa qualidade do sururu, muitos moradores pararam de trabalhar com o marisco. Ela aponta, que antes uma lata de sururu chegava a pesar três quilos, mas hoje não chega a um quilo do marisco, devido a essa redução, o preço do quilo que custava R\$ 8,00 em 2019, passou a custar de R\$ 30,00 a 40,00 em 2024.

Embora haja a concordância acerca das melhorias quanto ao acesso das lideranças aos representantes na atual gestão municipal, o poder ainda está fortemente concentrado nas mãos de quem detém os recursos, relegando a comunidade a uma posição de constante luta por reconhecimento e justiça social. A resistência, nesse contexto, não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também de dignidade, de reafirmação do direito à cidade e de luta contra a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de movimentos sociais que tratam questões relativas à moradia, à educação e à cultura, vem criando tensões no território que questionam e contestam rotulações estigmatizantes, reafirmando a importância dos grupos e de seus sujeitos para a participação – disputas (política e simbólica) na cidade. As favelas são espaços de múltiplas existências, carregando uma forte positividade do ponto de vista dos movimentos sociais e o fato de dar ênfase a “ausência” ou a “imoralidade” destes territórios faz com que se ignore as forças, do ponto de vista do ativismo social e nas práticas sociais, culturais e políticas (Fernandes *et al*, 2018).

Essas narrativas evidenciam a persistência comunitária diante de desafios contínuos e a importância das lideranças locais em articular as demandas coletivas, mesmo em face das dificuldades impostas por uma estrutura de poder que muitas vezes ignora as vozes dos mais vulneráveis. Criando no cotidiano, seus espaços de sociabilidade, de dignidade e sobrevivência.

Ao fazer a interlocução com Harvey (2008) ao mudar a cidade, mudamos a nós mesmos, numa relação direta de reinvenção, por sua vez, o direito à cidade constitui-se como um direito coletivo “de moldar o processo de urbanização”, ou melhor, o direito de participar de todo o processo que envolve as questões urbanas. Deste modo, tem-se que o direito à cidade engloba, acima de tudo, um direito social e político de articular e remodelar uma sociedade igualitária.

Ao aplicar o pensamento marxista, Lefebvre (1968), relaciona as transformações do espaço urbano por meio das ações humanas, sejam elas: sociais, econômicas, culturais, com a economia política de Marx, partindo das contradições do urbano como valor de uso e como valor de troca. Nessa narrativa, o valor de uso é compreendido como valor social, como a revolução que os movimentos sociais podem fazer na sociedade e na cidade, cidade essa interpretada por Lefebvre como uma obra¹⁴.

A história dos moradores das favelas da orla lagunar, se apresenta através da sua relação com o lugar que moram, na qual é possível enxergar a luta de quem grita para ser reconhecido como agente transformador da cidade, como parte da construção da obra, a mesma cidade que é espaço de trocas culturais, diálogos, conflitos (sociais, econômicos, políticos) e acontecimentos históricos, que permite a construção do urbano e da sociabilidade.

Esse processo de territorialização formal por parte do Estado, muitas vezes promovido sob o discurso de “desenvolvimento” e “modernização”, pode resultar na exclusão das próprias comunidades que historicamente habitaram esses espaços, substituídas por atividades que respondem a interesses econômicos mais amplos, desconectados das necessidades e práticas culturais locais.

Portanto, o Residencial Parque da Lagoa ilustra as tensões entre políticas públicas de habitação e a realidade vivida por populações marginalizadas, que têm sua subsistência e identidade ligadas a territórios específicos. Sem uma abordagem mais integrada e sensível às particularidades culturais e socioeconômicas dessas populações, projetos como este podem promover, inadvertidamente, uma nova forma de exclusão, ainda que ofereçam, à primeira vista, uma solução habitacional mais adequada. É preciso “romper o sistema” para “abrir o pensamento e a ação” (Lefebvre, 1968, p. 9), para encontrar novos caminhos e horizontes possíveis.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Edson. **Manifesto Sururu: por uma antropofagia das coisas alagoanas**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2019. 92 p. Acesso em: set. 2023.

BRANDÃO, Luanne de A. **Vulnerabilidades Urbanas: diretrizes para urbanização de um trecho da Favela Sururu de Capote, Maceió-AL**. 2019. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: set. 2024.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La Production del'espace a Maceio 1800-1930**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - *Institut d'étude du développement économique et social, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris*, 1998.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. Idéias antigas e ainda dominantes. In: VIII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ENTAC 2000, 2000, Salvador. Modernidade e Sustentabilidade. **Anais...** Salvador: EDUFBA, 2000. v. 1. p. 381-381.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. O imaginário local e a concepção higienista: os (des) caminhos da construção da paisagem maceioense (artigo). VI ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo. Recife, 2002.

DUARTE, Rubens O. **ORLA LAGUNAR DE MACEIÓ APROPRIAÇÃO E PAISAGEM (1960-2009)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

EGLER, Tamara T. C. Espaço social e política urbana global. **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

EGLER, Tamara T. C.; Cardoso, Reginaldo L. Apresentação. *In*: EGLER, Tamara T. C.; Cardoso, Reginaldo L (org). **Cartografia da ação**: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 364 p.

EGLER, Tamara T. C. O sentido da imanência na pesquisa de Ana Clara Torres Ribeiro. *In*: EGLER, Tamara T. C.; Cardoso, Reginaldo L (org). **Cartografia da ação**: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 364 p.

EGLER, Tamara T. C.; POGGIESE, Hector A.; MIRANDA, Elis A. **Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. 160 p.

FERNANDES, Fernando; SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <http://imja.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/02/EditorialRevistaPeriferias-O-Paradigma-da-Pot%C3%Aancia-e-a-Pedagogia-daConviv%C3%Aancia.pdf>.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no Brasil: 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

HARVEY, David. *The right to the city*. **New Left Review**, Londres, n. 53, 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: abr. 2024.

LEFEBVRE Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 143 p.

LINDOSO, Dirceu. A propósito de um manifesto sururu. *In*: BEZERRA, Edson (org.). **Manifesto Sururu**: por uma antropofagia das coisas alagoanas. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2019. 92 p.

MACEIÓ. Assessoria Técnica e Fundação Apolônio Sales – FADURPE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS/Maceió**. Maceió, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França e Revisão Técnica de Rosemarie Zenith de Oliveira. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço – Vol.4 / Ana Clara Torres Ribeiro – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R. S.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; AMARAL, L. C. P. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2001. Disponível em: Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91> Acesso em: nov. 2023.

RIBEIRO, Luiz Cesar Q. & CARDOSO, Adauto L. Cardoso. Planejamento Urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates**, n.37, p.77-89, 1994.

ROLNIK, Raquel. (2019). Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Indisciplinar*, 5(1), 18-43. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-ANP, 1998. 332 p.

¹ Conforme Duarte (2009), a Lagoa Mundaú faz parte do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), geomorfologicamente é definida como laguna, por ser uma depressão que se forma através de estuários oceânicos, canais que se ligam ao mar. Em Maceió, é popularmente conhecida como Lagoa. Em concordância com o autor desde o início desta pesquisa, essa também será a nomenclatura utilizada no decorrer deste trabalho. Além disso, ela é responsável por abrigar um ecossistema que, além de garantir a base da cadeia alimentar da região lagunar, representa também o sustento dos moradores que vivem às suas margens. Nela predomina-se a ictiofauna, onde encontram-se algumas espécies de peixes, crustáceos e um molusco popularmente conhecido em Alagoas, o sururu. Dentre as espécies encontradas na lagoa, tem-se: a *Mytella falcata* e a *Mytella charruana* (Brandão, 2019).

² Símbolo da cultura alagoana, ligado a sobrevivência do povo ribeirinho, o sururu e as tradições relacionadas a ele, viraram arte imaterializada e imortalizada pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), que aprovou, em dezembro de 2014, o registro do sururu como Patrimônio Imaterial de Alagoas.

³ Compreende-se por mariscagem a pesca artesanal que envolve desde a captura do molusco, até a limpeza, embalagem e venda.

⁴ Parte das entrevistas foi realizada em parceria com a mestrandia em Direito Público da Faculdade de Direito de Alagoas (PPGD-FDA/UFAL), Camila Raphaele De Farias Souza, cuja pesquisa se desenvolve acerca do mesmo território. Ao todo, as quatro comunidades originais da orla lagunar possuem sete líderes, ao longo da pesquisa, apenas seis deles se disponibilizaram a conceder entrevista as pesquisadoras.

⁵ Em função da preservação da identidade das líderes aqui mencionadas, foram utilizados nomes fictícios.

⁶ Renomeada na atual gestão como Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

⁷ Cada apartamento possui 45 metros quadrados, distribuídos em cinco cômodos: sala, banheiro, área de serviço e dois quartos.

⁸ Em 22 de dezembro de 2018, o então prefeito Rui Palmeira e o ex-ministro das Cidades, Alexandre Baldy, anunciaram a liberação de recursos, estimados em R\$ 142 milhões, para a construção do residencial. No final do mesmo mês, ambos assinaram a ordem para a construção do projeto, divulgado nas redes sociais da PMM.

⁹ As pessoas selecionadas tiveram seus nomes publicados no Diário Oficial do Município.

¹⁰ Nesse período a ocupação do território da orla lagunar presente nos bairros do Trapiche da Barra, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Levada ainda não era tão intensa, a povoação mais antiga se deu no bairro do Trapiche da Barra (Maceió, 2012).

¹¹ Marcela tem 46 anos, e ao se autodescrever, ela diz: " (...) sou uma marisqueira, mãe de 8 filhos, eu criei meus filhos no marisco (...)" a entrevista com ela, foi realizada no dia 06/01/2024, em sua casa e traz à tona uma série de questões críticas relacionadas à sua luta por moradia digna.

¹² Renata tem 32 anos, duas filhas, uma de 18 e outra de 14, e assim como os demais, tornou-se líder comunitária em 2017.

¹³ Em entrevista com o membro e criador do projeto Mandaver, Carlos Jorge, ele esclarece que o objetivo da criação da cooperativa e do banco é otimizar a cadeia produtiva do sururu, em relação ao processo da mariscagem e a prevenção de algumas enfermidades. Segundo ele, a criação da cooperativa visa agregar valor ao sururu, formalizando o trabalho, aumentando o lucro das marisqueiras, melhorando a qualidade de vida delas e de suas famílias (Brandão, 2019).

¹⁴ Reflexão apresentada com base nos debates da turma de mestrado do IPPUR de 2021, durante a aula de Sociologia para o Planejamento I, ministrada pela professora Soraya Simões.